

ÓRGÃOS GESTORES DE MEIO AMBIENTE: PRESENÇA, AUSÊNCIA E DESAFIOS NA GOVERNANÇA AMBIENTAL

Lorena de Jesus Correia¹
Aldí Almeida dos Santos²
Clovis Costa dos Santos³

RESUMO

Os Órgãos Gestores de Meio Ambiente são estruturas político-administrativas responsáveis pela efetiva execução das políticas ambientais na escala local, considerando as singularidades e dinâmicas territoriais próprias, sobretudo no contexto de crescente descentralização e municipalização da agenda ambiental. Tais premissas motivaram a realização desta pesquisa, que teve como objetivo analisar a conformação dos Órgãos ambientais nos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, recorte espacial localizado no estado da Bahia. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e documental, com a coleta de dados no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa MUNIC/2020, caracterizando-se, portanto, como um estudo exploratório. Os dados foram analisados tomando por base as seguintes dimensões: 1) presença ou ausência do Órgão ambiental; 2) tipologia (secretaria exclusiva, secretaria vinculada, departamentos, setores subordinados, acessórias, etc.); e a 3) capacitação da equipe. No recorte espacial e temporal analisado, observou-se uma evidente assimetria na tipologia dos Órgãos ambientais e na capacitação do quadro técnico, o que permite considerar fragilidades na governança ambiental municipal e, por conseguinte, territorial.

Palavras-chave: Gestão ambiental, Gestão ambiental, Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O município é o espaço do cotidiano, das territorialidades imediatas e espaço da (re)produção (i)material da vida, constituindo-se, portanto, como lócus privilegiado das relações socioambientais (Santos, 2023). É nesta escala que as pessoas vivem e percebem os problemas e soluções que conformam as cotidianidades, assim como interagem com os representantes do poder político e se organizam na construção das estratégias e enfrentamentos necessários para legitimar seus interesses.

Nesse quadro é crucial analisar e compreender o papel das municipalidades frente às questões ambientais, na medida em que o texto constitucional “[...] inaugurou uma nova ordem na proteção ambiental, com comandos normativos que direcionam a

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês, correialorenajesus@gmail.com

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês, alldialmeida@gmail.com

³ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês, edinho.clovis@email.com;



proteção do meio ambiente à qualidade de bem a ser protegido por todos, Poder Público [incluindo o município] e coletividade, não excepcionando ninguém dessa regra” (Khoury, 20218, p. 37).

Cabe questionar, portanto, qual é o cenário da gestão ambiental nos municípios do Vale do Jiquiriçá (BA)? Como estão organizados na estrutura administrativa municipal? E ainda, qual o nível de acesso da equipe técnica a programas de capacitação para o trabalho na área ambiental?

A gestão ambiental se faz a partir de Órgãos ambientais. Eles são estruturas político-administrativas responsáveis pela efetiva execução das políticas ambientais na escala local, considerando as singularidades e dinâmicas territoriais próprias, sobretudo no contexto de crescente descentralização e municipalização da agenda ambiental.

Tais premissas motivaram a realização desta pesquisa, que teve como objetivo analisar a conformação dos Órgãos ambientais nos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, recorte espacial localizado no estado da Bahia, cujas singularidades ambientais se entrelaçam com as águas do Rio Jiquiriçá.

Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e documental, com a coleta de dados no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), referente ao ano de 2020, caracterizando-se, portanto, como um estudo exploratório.

Os dados foram analisados considerando as seguintes dimensões: 1) presença ou ausência do Órgão ambiental; 2) a tipologia (secretaria exclusiva, secretaria conjunta ou departamento); e a 3) capacitação da equipe, especialmente na área de Educação Ambiental.

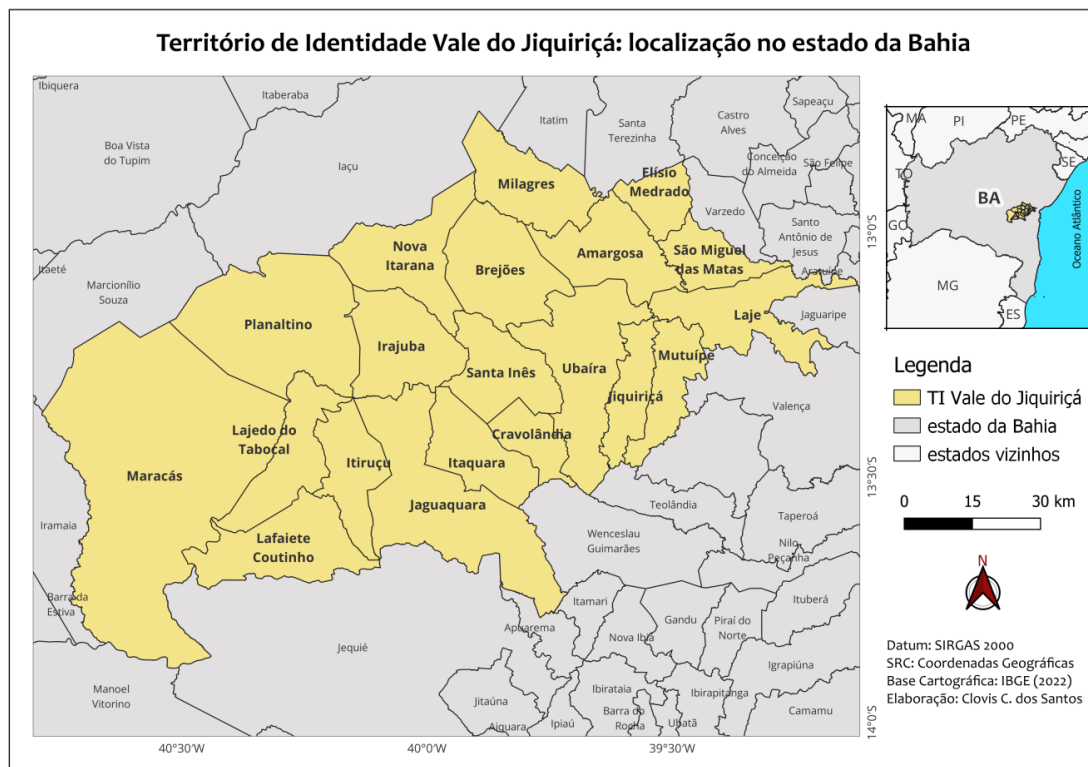
O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

O Vale do Jiquiriçá é um dos 27 Territórios de Identidade que constituem a atual regionalização oficial do Estado da Bahia (BAHIA, 2012). O Vale do Jiquiriçá representado na Figura 1 é constituído por 20 municípios⁴ que compartilham uma identidade comum: o Rio Jiquiriçá.

⁴ Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (BAHIA, 2012).



Figura 1 - Território de Identidade Vale do Jiquiriçá: localização no estado da Bahia



Fonte: Clovis Costa dos Santos (2025).

Este recorte espacial é ocupado por uma população de 292.944 habitantes, sendo 192.548 no espaço urbano (65,7%) e 100.396 no espaço rural (34,3%). Os maiores contingentes populacionais são registrados nos municípios de Jaguaquara (45.964 hab.), Amargosa (36.521 hab.) e Maracás (27.620 hab.), enquanto Lafaiete Coutinho (4.075 hab.), Cravolândia (4.415 hab.) e Irajuba (6.101 hab.) possuem os menores quantitativos (IBGE, 2022).

Com relação aos aspectos ambientais, além da relevância do Rio Jiquiriçá, que dá nome ao território e “constitui-se como o grande elo entre os municípios do território, tanto em termos culturais quanto de desenvolvimento socioprodutivo” (CODETER, 2017, p. 25), observa-se três subespaços distintos na paisagem do Vale: 1) Alto Jiquiriçá, 2) Médio Jiquiriçá e 3) Baixo Jiquiriçá, conforme expressos na Figura 2, os quais revelam características fundamentais para pensar e agir sobre o meio ambiente.

Figura 2 - Bacia do Rio Jiquiriçá: regiões fitoecológicas ou subespaços ambientais



Fonte: PTDRSS (2017).

Os dados ambientais acrescido da análise da figura anterior revelam: 1) o Alto Jiquiriçá se caracteriza pelo clima semiárido e pela vegetação de Caatinga, sendo o município de Maracás a face mais evidente, inclusive por abrigar a nascente do rio; 2) o Médio Jiquiriçá é uma faixa de transição climática, de diversidade da flora e fauna presente nos municípios de Santa Inês, Cravolândia e Ubaíra, por exemplo; e 3) o Baixo Jiquiriçá é onde predominam os maiores índices de pluviosidade e vegetação arbórea.

Segundo Santos (2023), a heterogeneidade ambiental do território exige que os municípios adequem as estruturas administrativas, a composição do quadro técnico, as normativas legais e as articulações institucionais em sintonia com as especificidades ambientais, sociais e econômicas de seus territórios. Considerando os limites e objetivos do presente estudo, o foco da presente análise é a organização das estruturas político-administrativas de meio ambiente, ou seja, a conformação dos Órgãos Gestores de Meio Ambiente.

METODOLOGIA

O texto em questão objetiva analisar a conformação dos Órgãos Gestores de Meio Ambiente nos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, recorte espacial localizado no estado da Bahia.



Para tanto, utiliza-se dos seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento, leitura e sistematização de referenciais teóricos sobre questões ambientais, gestão e governança ambiental; b) análise documental das normativas que versam sobre a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados, com destaque para o papel dos municípios; e c) coleta de dados secundários no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), referente ao ano de 2020 (edição mais recente sobre o tema), caracterizando-se, portanto, como um estudo exploratório.

Os dados foram analisados considerando os seguintes aspectos: 1) existência ou não dos Órgãos Gestores de Meio Ambiente no recorte espacial analisado; 2) a tipologia do Órgão (secretaria exclusiva, secretaria conjunta ou departamento); e a 3) participação (ou não) dos Servidores lotados no órgão Gestor em ações de capacitação, especialmente na área de Educação Ambiental.

Os principais achados do estudo foram sistematizados em forma de pôsteres, resumos, artigos e apresentações orais em eventos científicos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo o XI Congresso Nacional de Educação (CONEDU 2025).

REFERENCIAL TEÓRICO

O Órgão Gestor Ambiental Municipal é a estrutura político-administrativa responsável por “[...] planejar, promover, coordenar, fiscalizar e executar a política municipal de meio ambiente, conjuntamente com os demais Órgãos do Município, objetivando criar condições para o desenvolvimento sustentável do Município” (Ávila; Malheiros, 2012, p. 39). Assim, a presença do órgão ambiental na estrutura administrativa do município é fundamental para alcançar a qualidade ambiental coletiva.

Khoury (2018) acrescenta que o Órgão Ambiental é parte integrante e indispensável do Sistema Municipal de Meio Ambiente direcionado à proteção ambiental. Portanto, essa estrutura deve possuir equipe técnica capacitada e em número compatível com a demanda e singularidades ambientais dos municípios.

Desse modo, compreende-se que a implementação dessa estrutura é essencial para garantir a efetividade da gestão ambiental municipal, considerando a importância da preservação dos bens naturais e a promoção do desenvolvimento a partir das especificidades locais. Contudo, cabe pontuar que apenas a criação e atuação efetiva



desse órgão não garantem que seus objetivos serão alcançados, pois é também fundamental a articulação com os espaços de participação social; a disponibilidade de recursos para financiamento da política ambiental; e o conjunto de normas ambientais em consonância com os interesses, conflitos e demandas municipais. Diante disso, a existência ou não dos Órgãos Gestores de Meio Ambiente constitui a primeira dimensão a ser analisada no presente estudo.

A segunda dimensão de análise diz respeito à tipologia dessas estruturas. Com base nos estudos de Ávila e Malheiros (2012), Khoury (2018) e na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE/2020, os modelos organizacionais mais comuns são: a) Secretaria exclusiva; b) Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais; c) Departamento ou Diretoria; d) Setor subordinado a outra secretaria; e) e consultoria ou assessoria.

Para Khoury (2018) é crucial que o órgão ambiental seja preferencialmente uma Secretaria própria ou uma Diretoria. Além disso, é fundamental a garantia de suporte financeiro e material (espaço físico; veículos; e equipamentos, como computadores e GPS) para assegurar a realização de atividades.

Na perspectiva deste estudo, concorda-se com a análise de Leme (2016, p. 8) quando esta afirma que “para as diferentes realidades dos municípios brasileiros, não há apenas um tipo ideal, mas sim diversos tipos, de acordo com as realidades existentes”. Afinal, as condições locais, sobretudo dos municípios de pequeno porte, a exemplo dos municípios que compõem o Vale do Jiquiriçá, podem inviabilizar a constituição de secretarias exclusivas para a gestão ambiental, na medida em que demanda maior aporte financeiro e técnico para operacionalização.

Com relação à terceira dimensão de análise - participação (ou não) dos Servidores lotados no órgão Gestor em ações de capacitação, os estudos realizados por Ávila e Malheiros (2012), Leme (2016) e Khoury (2018) demonstraram que além do aspecto formal, ou seja, a criação das instâncias administrativas por ato normativo, é necessário que esses Órgãos sejam formados por profissionais administrativos e técnicos qualificados para o exercício das suas atribuições, pois “o órgão ambiental capacitado é aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas” (Khoury, 2018, p. 50).

A última pesquisa Munic/IBGE (2020) sobre o tema meio ambiente não questionou os municípios sobre a quantidade de trabalhadores e a formação técnica dos



profissionais lotados no Órgão ambiental, aspecto fundamental para a compreensão das capacidades de executar as políticas ambientais, tais como o licenciamento e fiscalização ambiental. Em vez disso, perguntou se nos últimos quatro anos, servidores do município participaram de capacitação promovida pelo governo federal na área de meio ambiente. O cenário de capacitação da equipe técnica desses Órgãos será apresentado no capítulo seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Importante ratificar que o objetivo aqui é analisar a conformação dos Órgãos Gestores de Meio Ambiente nos vinte municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, tomando por base as seguintes dimensões: 1) existência (presença) ou não (ausência) do Órgão ambiental; 2) a tipologia; e a 3) a capacitação da equipe técnica.

Os dados coletados a partir da Pesquisa Munic/IBGE/2020 foram sistematizados no Quadro 1, que evidencia o cenário dos municípios estudados com relação à presença (na estrutura administrativa municipal) e tipologia do Órgão ambiental.

Quadro 1 – Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): existência de órgão gestor da política ambiental

Município	Órgão gestor (Presença: SIM; Ausência: NÃO)	Tipologia
Amargosa	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Brejões	Não	-
Cravolândia	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Elísio Medrado	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Irajuba	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Itaquara	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Itiruçu	Sim	Setor subordinado a outra secretaria
Jaguaquara	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Jiquiriçá	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Lafaiete Coutinho	Sim	Secretaria em conjunto com

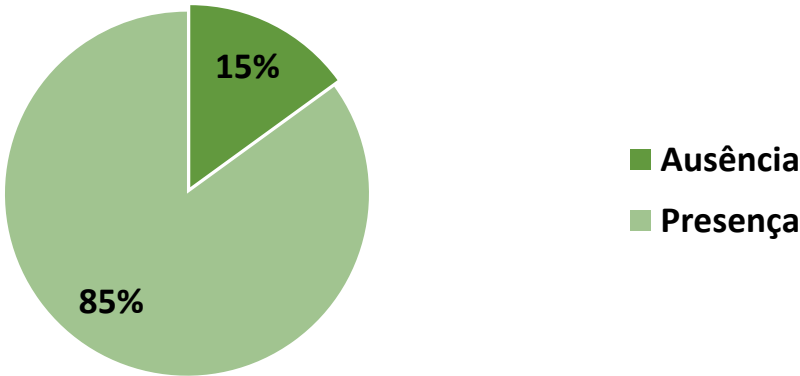


		outras políticas setoriais
Laje	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Lajedo do Tabocal	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Maracás	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Milagres	Não	-
Mutuípe	Sim	Setor subordinado a outra secretaria
Nova Itarana	Não	-
Planaltino	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Santa Inês	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
São Miguel Matas	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Ubaíra	Sim	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais

Fonte: IBGE, 2021.
Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).

A análise do quadro permite afirmar que 85% (17 do total de 20) municípios implementaram o Órgão gestor das políticas de meio ambiente. A exceção são os municípios de Brejões, Milagres e Nova Itarana, totalizando 15% (3 do total), que à época da realização da pesquisa Munic/IBGE/2020 autodeclararam a ausência desta estrutura administrativa. A Figura 3 expressa o panorama descrito anteriormente.

Figura 3 – Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): **Presença e ausência** do Órgão gestor ambiental



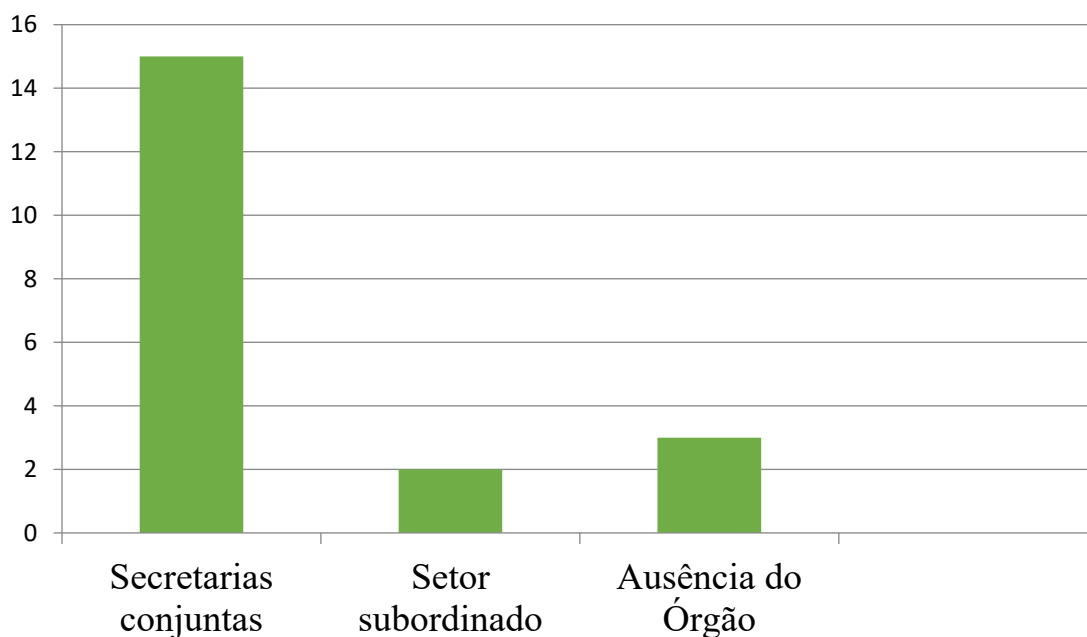
Fonte: IBGE, 2021.
Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).



Dessa maneira, afirma-se o avanço institucional considerável no tocante à implementação dos Órgãos ambientais nos municípios que integram o Território de Identidade Vale do Jiquiriçã.

Com relação à tipologia ou modelos organizacionais dos Órgãos ambientais identificados, as secretarias em conjunto com outras políticas setoriais estão presentes em 75% (15 do total) dos municípios, ao passo que 10% (2 do total) estão tipificadas como setor subordinado a outra secretaria. E ainda, 15% (3 do total) não possuíam nenhuma estrutura político-administrativa responsável pela gestão das políticas, demonstrando a fragilidade da pauta ambiental nesses recortes territoriais. A Figura 4 demonstra as diferentes tipologias identificadas.

Figura 4 – Território de Identidade Vale do Jiquiriçã (BA): tipologias dos Órgãos ambientais



Fonte: IBGE, 2021.

Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).

Essa heterogeneidade na forma de organização administrativa dos municípios corrobora com os estudos de Ávila e Malheiros (2012) e Khoury (2018) e reforçam a perspectiva defendida por Leme (2016) de que a conformação do órgão ambiental depende das condições de cada municipalidade.



A Pesquisa Munic/IBGE/2020 questionou aos municípios se nos últimos quatro anos, servidores do município participaram de capacitação promovida pelo governo federal na área de meio ambiente. As respostas estão sistematizadas no Quadro 1.

Quadro 2 – Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA): participação em capacitações promovidas pelo governo federal

Municípios	Participação	Temáticas
Amargosa	Sim	. Estruturação da gestão municipal de meio ambiente; . Licenciamento . Educação ambiental . Educação ambiental voltada para a agricultura familiar . Cadastro Ambiental Rural . Resíduos Sólidos . Produção e consumo sustentáveis . Mudança do clima . Recursos hídricos . Participação social em fóruns e colegiados de meio ambiente.
Brejões	Não	-
Cravolândia	Não	-
Elísio Medrado	Não	-
Irajuba	Não	-
Itaquara	Não	-
Itiruçu	Sim	. Cadastro Ambiental Rural
Jaguaquara	Não	-
Jiquiriçá	Não	-
Lafaiete Coutinho	Não	-
Laje	Não	-
Lajedo do Tabocal	Sim	. Estruturação da gestão municipal de meio ambiente; . Licenciamento; . Educação ambiental; . Educação ambiental voltada para a agricultura familiar; . Cadastro Ambiental Rural; . Resíduos Sólidos; . Recursos hídricos.
Maracás	Não	-
Milagres	Não	-
Mutuípe	Não	-
Nova Itarana	Não	-
Planaltino	Não	-
Santa Inês	Sim	. Cadastro Ambiental Rural; . Mudança do clima. . Participação social em fóruns e colegiados de meio



		ambiente.
São Miguel Matas	Não	-
Ubaíra	Sim	. Licenciamento; . Participação social em fóruns e colegiados de meio ambiente.

Fonte: IBGE, 2021.
Elaboração: Clovis Costa dos Santos (2025).

A capacitação é fundamental para qualificar a equipe técnica e administrativa para a gestão ambiental. No tocante às capacitações ofertadas pelo governo federal, observa-se que 75% (15 do total de 20) dos municípios declararam não ter participado de nenhum evento dessa natureza. Os demais municípios, 25% (5 do total) afirmam ter participado de capacitação fomentada pela instância federal. Entre as participações, o cadastro ambiental rural e o licenciamento são as temáticas mais citadas.

É importante ressaltar que o Órgão ambiental deve estabelecer parcerias e promover a articulação com outros órgãos governamentais, instituições da sociedade civil, universidades, setor privado e sociedade em geral. A colaboração e o diálogo entre distintos atores são fundamentais para o fortalecimento da governança ambiental e para o desenvolvimento de ações integradas que visem à sustentabilidade local.

Em suma, os Órgãos Gestores de Meio Ambiente são fundamentais na proteção ambiental local. Sua atuação é essencial para garantir a preservação dos recursos naturais, a qualidade de vida da população e o fomento às perspectivas de desenvolvimento para o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto analisa a implementação dos Órgãos ambientais nos municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (BA), demonstrando a importância da presença dessas estruturas para a efetividade das políticas ambientais na escala local. Por outro lado, a ausência desses Órgãos aponta a fragilidade dos entes federados municipais em executar suas obrigações de proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Os dados indicam avanços significativos na implementação dos Órgãos ambientais; heterogeneidade no tipo de organização administrativa, com destaque para as secretarias conjuntas; e baixo nível de participação em capacitações promovidas pelo governo federal, o que sinaliza fragilidades na governança ambiental municipal e, por conseguinte, territorial.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-Reitoria de Pesquisa do Instituto Federal Baiano, que por meio do Edital 52/2024 - PIBIC - CNPq / CNPq-Af / FAPESB possibilitou a realização da pesquisa intitulada “Os (des)caminhos dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente no Vale do Jiquiriçá - BA”, da qual resultou esse e outros textos sobre o tema pesquisado.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, R. D.; MALHEIROS, T. F. Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, supl.3, p.33-47, 2012.

BAHIA. **Estatísticas dos Municípios Baianos** [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2000 -). – Salvador: SEI, 2012.

Disponível em:

https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/estatisticas_municipios/est_mu_n_v4_vale_do_jiquirica.zip. Acesso em: 11 mar. 2022.

COLEGIADO TERRITORIAL DO VALE DO JIQUIRIÇÁ (CODETER). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá (PTDRSS)**. Amargosa – BA, UFRB, CNPq, MDA, 2017.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: 2020** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2022. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2025.

KHOURY, L. E. da C. Os Sistemas Municipais de Meio Ambiente e os Deveres da Administração Ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Os desafios da implementação dos sistemas municipais de meio ambiente**. Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público do Estado da Bahia. Brasília, DF: MMA; Salvador, BA: MPBA, 2018.

LEME, T. N. Governança ambiental no nível municipal. **IPEA**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9269>. Acesso em 27 maio. 2025.

SANTOS, C. S. **Sistemas municipais de meio ambiente no vale do Jiquiriçá - BA: da intenção a ação**. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Santa Inês*, Santa Inês, 2023.

